Desnecessário, excelência

Imprudente, para dizer o mínimo; deselegante, para usar um termo ameno. Arrogante, para expressar a impressão que dá o presidente da República dizer em público, nas barbas do presidente da Câmara, que nunca houve um Congresso Nacional de tão baixo nível.

Tal juízo é voz corrente, mas nem tudo o que se diz e se constata pode ser repetido em quaisquer situações, de qualquer maneira. Há freios de civilidade na vida cotidiana. E, quando envolve autoridades públicas, à contenção acrescentam-se as regras da institucionalidade.

Imaginemos que amanhã ou depois os presidentes da Câmara, do Senado ou do Supremo Tribunal Federal resolvessem dizer aos microfones, em solenidade com plateia amiga, que o nível do ministério é o pior de todos os tempos. O chefe da equipe se sentiria afrontado, com razão.

Pois foi o que fez o presidente Luiz Inácio da Silva (PT), na quarta-feira (15), em cerimônia no Rio de Janeiro para professores da rede municipal, um público francamente amigável. Sentado atrás dele, Hugo Motta (Republicanos-PB) ouviu,

claro, sem nada poder dizer em defesa do colegiado que o elegera há oito meses e que era ali desqualificado.

OPINIÃO

A atitude do presidente foi covarde pela evidente impossibilidade de reação de Motta. Imprudente para quem precisa de votos no Parlamento, deselegante por ferir mínimas normas da boa educação e arrogante por revelar salto alto decorrente da recuperação gradual da popularidade. Acrescentemos a incoerência, considerando as ocasiões em que Lula agradeceu a "colaboração" do Congresso.

Na tentativa de modular a

fala, em seguida o presidente referiu-se à "extrema direita". Sim, que não integra o Legislativo por geração espontânea. Chegou lá, nunca é demais repetir o óbvio, pela mesma via que pôs Lula na Presidência: a legitimidade da eleição.

Ninguém gosta de perder, mas é o presidente mesmo quem se orgulha de ter tido ao longo da vida e da trajetória política resistência a derrotas. Se assim ele dá a conhecer, assim precisa ser a sua prática.

*Jornalista e comentarista de política

EDITORIAL

Por um mundo digital mais seguro

Vivemos em uma era em que o acesso à tecnologia é praticamente universal, especialmente entre crianças e adolescentes. Com apenas alguns cliques, é possível assistir a filmes, maratonar séries, baixar aplicativos e navegar por conteúdos diversos. Nesse cenário, a classificação indicativa cumpre um papel fundamental: proteger o público mais jovem de conteúdos inadequados ao seu estágio de desenvolvimento físico, emocional e psicológico. Trata-se de um importante filtro informativo, que não visa à censura, mas sim à orientação e à promoção de um ambiente digital mais seguro.

Entre os principais fatores positivos da classificação indicativa está a orientação para pais e responsáveis. Muitos adultos não têm conhecimento detalhado sobre o conteúdo que os filhos consomem. As faixas etárias indicadas, junto com descrições sobre violência, linguagem imprópria ou cenas sensíveis, ajudam a tomar decisões conscientes sobre o que permitir ou não. Isso fortalece o papel da família como mediadora do uso das mídias.

Outro aspecto relevante é

que a classificação indicativa também incentiva produtores de conteúdo a refletirem sobre o impacto do que oferecem. Ao buscar determinadas classificações para atingir públicos mais amplos, muitos adaptam seus conteúdos, tornando-os mais inclusivos e seguros. No caso de aplicativos, por exemplo, as lojas digitais já disponibilizam filtros etários, impedindo que jogos com violência explícita ou linguagem ofensiva sejam facilmente acessados por crianças e adolescentes.

Além disso, essa prática colabora diretamente com a formação crítica dos jovens. Ao entenderem por que certos conteúdos não são recomendados para sua faixa etária, eles desenvolvem a capacidade de julgar o que consomem. Isso é crucial em um ambiente digital repleto de desinformação e estímulos excessivos.

Portanto, a classificação indicativa é uma ferramenta indispensável na construção de um ambiente digital mais seguro. Ela não substitui o acompanhamento dos adultos, mas o complementa, promovendo o uso mais consciente, saudável e responsável da tecnologia por crianças e adolescentes.

Entre linhas e vias

Na paisagem do Distrito Federal, entre o traço de Niemeyer e as linhas invisíveis da desigualdade social, há uma força silenciosa que atravessa todas as regiões administrativas: o professor. É ele quem amanhece cedo no Paranoá, encara a rotina no Sol Nascente, prepara aulas em Ceilândia e sonha junto com os alunos em Planaltina. Neste 15 de outubro, o Dia dos Professores não é apenas uma data comemorativa, mas uma pausa necessária para reconhecer quem, diariamente, carrega a educação em suas mãos, mesmo quando o chão da escola parece faltar.

No DF, terra de contrastes, a educação é fronteira e ponte. Entre escolas públicas superlotadas e colégios de excelência, entre as carências estruturais e a esperança que resiste em cada sala de aula, os professores se reinventam. São pedagogos, mediadores, psicólogos, conselheiros. Muitos, formados em universidades públicas, retornam às mesmas comunidades para ensinar outros a sonhar

O professor do DF ensina com o corpo inteiro. Muitas vezes, sem ar-condicionado, sem biblioteca, sem apoio. Ensina porque acredita. Enfrenta greves, cortes orçamentários, salas com 40 alunos e ainda assim entrega mais do que a lição do dia: entrega afeto, repertório, escuta. Em tempos de desinformação e negacionismo, o professor é um guardião da verdade, da ciência, da cidadania.

Neste dia, mais que flores ou homenagens protocolares, é preciso escutar o que os professores têm a dizer. É preciso transformar reconhecimento em política pública, respeito em valorização real. Porque sem professores não há projeto de futuro, não há justiça social, não há Brasília.

Vinícius Lummertz*

O Brasil pode multiplicar o que já tem: turismo, cultura e criatividade

Volto ao tema: o Brasil precisa tomar uma decisão política definitiva sobre o papel do turismo no desenvolvimento nacional, reconhecendo o setor como componente central da redenção econômica do país, se é que queremos isso . Segundo o WTTC, o turismo será o maior empregador do planeta até 2035, respondendo por um quarto dos novos empregos. O turismo de natureza será o segmento que mais crescerá na próxima década, e o turismo cultural já representa cerca de 40% da atividade mundial. O Brasil lidera em potencial de natureza e está entre os dez maiores potenciais culturais do planeta, mas ainda carece de compreensão estratégica sobre esse sistema econômico amplo e interligado.

O turismo é também uma das mais poderosas engrenagens de geração de empregos do século XXI. Mesmo diante disso, o setor não aparece de forma explícita no PAC e segue com crédito público reduzido, enquanto o agronegócio dispõe de montante muito superior. Falta transformar vocação em política de Estado, contínua e integrada, com promoção permanente, orçamento sólido e planejamento de longo prazo que garantam posicionamento internacional consistente.

O Brasil já é uma potência de grandes eventos. O Carnaval, o São João e as festas juninas do Nordeste, a Oktoberfest de Blumenau, o Rock in Rio, o The Town, os Réveillons no Rio de Janeiro, em Florianópolis e Balneário Camboriú, além dos grandes shows internacionais realizados no país, de Paul McCartney a Coldplay, Madonna e Taylor Swift, formam um ecossistema criativo vibrante. O que falta é conectividade aérea competitiva, infraestrutura moderna e desburocratização dos investimentos que dão suporte ao turismo com muito mais promoção permanente.

O país pode tratar a infraestrutura turística como bem de utilidade pública. Resorts, marinas, parques temáticos e centros de convenções devem ser entendidos como investimentos estratégicos de interesse nacional, com prioridade em licenciamento e garantias de sustentabilidade ambiental e social. No mundo, essa visão está consolidada em legislações de distritos turísticos, que integram turismo, urbanismo e meio ambiente em um mesmo marco regulatório. O Estado de São Paulo já adotou modelo semelhante, e o país deveria ampliá-lo como política federal, garantindo segurança jurídica e atração de investimentos.

A China é um exemplo claro do que o Brasil ainda não fez. O país interliga regiões culturais e naturais com trens de alta velocidade, parques temáticos, infraestrutura hoteleira e roteiros de natureza. Cidades como Lijiang, Wuhan e Jingdezhen receberam investimentos maciços em cultura, tecnologia e meio ambiente, descentralizando o desenvolvimento e criando milhões de empregos regionais. Enquanto isso, o Brasil tem mais de 70 parques nacionais, mas menos visitantes por ano do que os parques da Nova Zelândia. Falta infraestrutura, acesso, hospedagem e um modelo de concessão que atraia o setor privado com regras claras. O turismo ambiental e de natureza, que mais cresce no mundo, ainda é subaproveitado no país com a maior biodiversidade do planeta.

A Espanha transformou séries em vitrines regionais, a Coreia do Sul fez do audiovisual instrumento de diplomacia cultural e a Turquia exportou suas novelas junto com seu turismo. O Brasil, que já encantou o mundo com suas telenovelas, precisa recuperar presença nas plataformas globais e integrar imagem, cultura e turismo em uma política contínua. Nos Emirados Árabes, na Arábia Saudita e no Qatar, o turismo

é o eixo da chamada economia do visitante, que une infraestrutura, urbanismo e diplomacia econômica. A China, a Turquia e o México já compreenderam que o turismo cultural e o de natureza são motores da nova economia global. O Brasil, com sua diversidade e potencial, ainda não tomou a decisão política definitiva de transformar o turismo e a economia criativa em políticas de Estado.

O atraso brasileiro é, antes de tudo, um atraso de percepção. O país reconhece o valor do turismo, mas não o trata como prioridade nacional. O turismo e a economia criativa unem cultura, natureza, tecnologia e trabalho e são as infraestruturas do futuro. O Brasil já tem o essencial: natureza, cultura, talento e alegria. Falta apenas unir e multiplicar o que já tem, com menos burocracia, mais promoção e visão de longo prazo. O ponto de virada será o momento em que o país compreender que o turismo é mais do que lazer: é um bem público e uma das chaves da sua própria redenção econômica.

*Vinícius Lummertz foi ministro do Turismo, secretário de Turismo de São Paulo, presidente da Embratur e é Senior Fellow do Milken Institute (EUA).

Barros Miranda*

A política invade o Nobel

O Nobel da Paz para um político sempre gera controversas. O norte-americano Barack Obama já foi laureado. O colombiano Jan Manuel Santos também. Agora é a venezuelana Maria Corina Machado. Por mais que esse seja um prêmio simbólico, requer sempre algum porquê dele ser dado a pessoa ou instituição.

Woodrow Wilson o faturou em 1919 pela criação da Liga

das Nações, então órgão mundial com a premissa de manter a paz entre os países e não promover mais guerras. Mikhail Gorbachev, pelo fim da URSS e da Guerra Fria o levou em 1990. Nelson Mandela, pela inclusão social e racial na África do Sul, em 1993. Todos eles tiveram seus motivos, bons ou não, satisfatórios ou não, para receber.

Maria Corina Machado é

uma escolha muito mais política do que mesmo social. Oposicionista do regime chavista na Venezuela, ela tenta não apenas chegar ao poder, como também promover uma melhor conjectura do termo política no país. Hoje, a Venezuela vive uma pseudo ditadura e, no bom dialeto, uma autocracia com Nicolás Maduro. Nem os filósofos e pensadores defensores desse sistema estariam convencidos

do poder de Maduro para com

os venezuelanos. Se Corina vai representar uma mudança nos rumos do país da América do Sul ninguém sabe, mas que esse Nobel pode ser o passo para uma pressão política mundial, isso, de fato, deve ser interpretado, e não por debaixo dos panos, e sim na cara dura.

*Jornalista e Historiador

Opinião do leitor

Cristo Redentor

O Cristo Redentor é carioca, uma das 7 maravilhas do planeta não por acaso, mas que abraça a todos e embeleza a cidade maravilhosa. Aos pés deste grande monumento e a vista é sensacional, tem uma escritura, datada de 1925.

> José Ribamar Pinheiro Filho Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO PRORROGA PRAZO PARA CONVOCAR RESERVISTAS

As principais notícias do Correio da Manhã em 17 de outubro de 1930 foram: Ministério da Guerra

prorroga prazo para apresentação dos reservistas. Café procedente de Minas Gerais começa a chegar nas

convocados.

países ocidentais.

As principais notícias do Correio da Manhã em 17 de outubro de 1950 foram: Vargas fica próximo dos 3 milhões de votos, enquanto Eduardo Gomes passa da marca de 1,6 milhão de votos; Cristiano Machado tem 1,1 milhão de votos. Candidatos que investiram dinheiro em campanhas não conseguem vagas. Govenro quer ampliar a CSN.

HÁ 75 ANOS: VARGAS CHEGA PERTO DOS 3 MILHÕES DE VOTOS Tropas da ONU nos preparativos para o golpe final na Coreia, com até

bombardeio aéreo. Depois da Co-

reia, Indochina entra no radar dos

Centrais de Abastecimento. STF

nega habeas corpuas para reservistas

Correio da Manhã

Edmundo Bittencourt (1901-1929) Paulo Bittencourt (1929-1963) Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

> Patrick Bertholdo (Diretor Geral) patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação) redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872 Whatsapp: (21) 97948-0452 Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057 Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202 www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal